Foram transmitidas à Pais-em-Rede as seguintes dificuldades:

- Modalidades de ensino à distância desadequadas às necessidades dos alunos com deficiência;
- Suspensão ou redução de apoios e serviços essenciais como terapias e assistência pessoal, sendo as famílias a assumir a prestação de cuidados;
- A telescola no seu modelo atual não abrange/não responde às especificidades de grupos de alunos integrados nos centros de apoio à aprendizagem;
- Dificuldade em conseguir que os filhos mantenham uma rotina escolar, num contexto que é de casa e não de escola;
- Falta de motivação dos filhos para o desempenho de atividades que requerem maior atenção/concentração;
- Atividades sugeridas pelos docentes nem sempre se adequam ao perfil de funcionalidade dos filhos;
- Os filhos exigem um apoio constante/permanente e direto, uma vez que não conseguem fazer as atividades de forma autónoma e/ou sem supervisão;
- O impacto negativo que o ensino à distância teve na família, uma vez que muitos pais estiveram em teletrabalho, enquanto tinham de conciliar as tarefas domésticas e o apoio escolar/educativo dos diferentes filhos;
- A sobrecarga referida anteriormente e o desempenho de múltiplos papéis criam, por vezes, situações de ansiedade e stress parental;
- Suspensão de subsídio de ensino especial, que visava o pagamento de terapias, por estas não se realizarem de forma presencial

- Há pais que se queixam que por não estarem em regime de trabalho presencial foi-lhes retirado o direito de jornada contínua, tendo de fazer um horário com tempo completo. *Será que as necessidades de acompanhamento aos seus filhos deixaram de ser necessárias?*
- Pais com filhos com deficiência e sem resposta para os mesmos, solicitaram a continuidade do regime de teletrabalho. No entanto, mesmo estando este regime previsto para trabalhadores com deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60'%, sendo obrigatório desde que requerido e que as funções o permitam, há omissão no que se refere aos pais e cuidadores de pessoas com deficiência, que no caso de pedirem este regime não lhes é concedido e deveria ter sido prevista está situação.